

**PROCESSO** - A. I. Nº 278007.0061/06-1  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - BOMED COMERCIAL FARMACÊUTICA E HOSPITALAR LTDA.  
**RECURSO** - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 4ª JJF nº 0165-04/08  
**ORIGEM** - IFMT – DAT/METRO  
**INTERNET** - 04/12/2008

## 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJP Nº 0358-12/08

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. ESTOCAGEM DE MERCADORIAS DESACOMPANHADAS DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A autuação de mercadorias em trânsito é instantânea, prevalecendo como verdadeiros os fatos apurados no momento do flagrante fiscal. No caso, por se tratar de estocagem de mercadorias em estabelecimento inscrito, admite-se comprovação *a posteriori*. Comprovada a inexistência de documentação fiscal que acobertasse a totalidade da mercadoria apreendida pela fiscalização e confirmada a ocorrência através de levantamento quantitativo de estoques. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício interposto pela 4ª Junta de Julgamento Fiscal, nos termos do art. 169, I, “a”, “1”, do RPAF/99, considerando que o julgamento levado a efeito pela instância originária resultou em sucumbência para a Fazenda Pública, tendo em vista a Decisão exarada no Acórdão JJF nº 0165-04/08, que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração em epígrafe, o qual foi lavrado para cobrar ICMS, em virtude da seguinte irregularidade: *“Estocagem de mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal ou com documento falso ou inidôneo, sendo o estabelecimento irregularmente inscrito no cadastro de contribuintes do Estado da Bahia.”*

A 4ª JJF concluiu que o presente Auto de Infração exige ICMS em decorrência da estocagem de mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal, sendo o estabelecimento regularmente inscrito no cadastro de contribuintes do Estado da Bahia, consoante Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos nº 131324 fl. 06, e declaração de estoque fls. 08 a 12, devidamente assinada pelo contribuinte.

Da análise dos documentos acostados ao PAF, verificou-se que a ação fiscal foi deflagrada com base na Denúncia Fiscal nº 11.474/06, formulada em 18/04/2006, fls. 13 a 16 do PAF, e que a empresa autuada opera no ramo de comércio atacadista de produtos farmacêuticos de uso humano.

O autuante elaborou o levantamento de estoque em aberto, fls. 24 a 26, anexando a tabela da ABCFARMA, relativa aos preços dos medicamentos, objeto dessa fiscalização, fls. 27 a 54.

Declarando que se trata de responsabilidade solidária pelo pagamento do imposto e demais acréscimos legais, em relação às mercadorias que o contribuinte detinha, na data da ação fiscal, para comercialização, desacompanhadas da documentação fiscal exigível, consoante previsão do art. 39, V, do RICMS/97.

A 4ª JJF solicitou diligência a qual foi realizada, pelo autuante, que acatou parte das alegações apresentadas pelo contribuinte na sua peça defensiva, reduzindo o valor do débito inicial, mas, o

autuado, inconformado com a autuação, e visando comprovar que as mercadorias estavam devidamente amparadas por documentos fiscais, se manifesta às fls. 222 a 224, complementando informações a respeito de itens da tabela apresentada anteriormente, na defesa inicial:

Diante dos novos argumentos trazidos pelo autuado, nova diligência foi solicitada a ASTEC, visando esclarecer se as notas fiscais de aquisições mencionadas pelo autuado, efetivamente, amparavam as mercadorias objeto da autuação.

O Diligente da ASTEC elaborou o Parecer 016/2008, fls. 239 a 246, no qual após examinar os documentos acostados ao PAF, a informação fiscal de fl. 211, e a manifestação de fls. 222 a 224, concluindo sobre os produtos que remanesceram na informação fiscal, tais como:

- a) Itens 3, 9, 11, 15, 22, 26, 32 – As mercadorias devem permanecer na exigência fiscal, conforme explicação contida no Parecer;
- b) Item 35: Esta mercadoria deve ser excluída da exigência fiscal;
- c) Item 38: Esta mercadoria deve permanecer na exigência fiscal, conforme demonstrativo de fl. 208;
- d) Item 39: Esta mercadoria não deve permanecer na exigência fiscal.
- e) Itens 40, 57, 58, 72, 85, 87, 91, 101, 103, 104, 105, 111: Mercadorias devem permanecer na exigência fiscal.
- f) Item 61: Esta mercadoria não deve permanecer na exigência fiscal, porque ambas as notas fiscais, a que foi aceita e a que não foi, apresentam a mercadoria com a mesma característica.
- g) Item 90: A mercadoria não deve permanecer na exigência fiscal.

De onde se conclui que o contribuinte não comprovou plenamente as suas alegações. A Nota Fiscal nº 183056, (extrato na fl. 230), não foi anexada ao PAF pelo autuado, para desonerar-se do ônus de provar. Algumas afirmações foram comprovadas, pelo que foi elaborado novo demonstrativo, reduzindo o valor de R\$3.063,75, referente às comprovações efetuadas na diligência, restando o ICMS a ser exigido no valor de R\$43.530,87.

Diante do resultado da diligência realizada pela ASTEC, na qual o autuado e o autuante, devidamente cientificados não se manifestaram em relação ao Parecer Técnico da ASTEC, fls. 239 a 246, a 1ª Instância decidiu pela Procedência Parcial do Auto de Infração em lide, mantendo a exigência do ICMS no valor de R\$43.530,87, consoante planilha de fl. 246, sendo que a base de cálculo perfaz o total de R\$256.063,94. Desta Decisão, recorreu de ofício para uma das Câmaras de Julgamento Fiscal.

## VOTO

Substanciado pelas declarações efetuadas pelo autuante de que acatou parte das alegações apresentadas pelo contribuinte na sua peça defensiva, conforme sua informação fiscal, documentos de fls. 222 a 224, reduzindo o valor do débito inicial, nova diligência foi solicitada a ASTEC, visando esclarecer se as notas fiscais de aquisições mencionadas pelo autuado, efetivamente, amparavam as mercadorias objeto da autuação. A ASTEC elaborou o Parecer nº 016/2008, fls. 239 a 246, no qual após examinar os documentos acostados ao PAF, a informação fiscal de fl. 211, e a manifestação de fls. 222 a 224, concluiu sobre os produtos que remanesceram na informação fiscal, tais como:

- h) Itens 3, 9, 11, 15, 22, 26, 32 – As mercadorias devem permanecer na exigência fiscal, conforme explicação contida no Parecer;
- i) Item 35: Esta mercadoria deve ser excluída da exigência fiscal;
- j) Item 38: Esta mercadoria deve permanecer na exigência fiscal, conforme demonstrativo de fl. 208;

- k) Item 39: Esta mercadoria não deve permanecer na exigência fiscal.
- l) Itens 40, 57, 58, 72, 85, 87, 91, 101, 103, 104, 105, 111: Mercadorias devem permanecer na exigência fiscal.
- m) Item 61: Esta mercadoria não deve permanecer na exigência fiscal, porque ambas as notas fiscais, a que foi aceita e a que não foi, apresentam a mercadoria com a mesma característica.
- n) Item 90: A mercadoria não deve permanecer na exigência fiscal.

Diante disto, se conclui que o contribuinte não comprovou plenamente as suas alegações, a exemplo da Nota Fiscal nº 183056, (extrato na fl. 230), não anexada ao PAF pelo autuado, para desonerar-se do ônus de provar. Algumas afirmações foram comprovadas, pelo que foi elaborado novo demonstrativo, reduzindo o valor de R\$3.063,75, referente às comprovações efetuadas na diligência, restando o ICMS a ser exigido no valor de R\$43.530,87.

Portanto, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao presente Recurso de Ofício, mantendo inalterada a Decisão exarada pela 4ª JJF.

### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **278007.0061/06-1**, lavrado contra **BOMED COMERCIAL FARMACÊUTICA E HOSPITALAR LTDA.**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$43.530,87**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, IV, “b”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de novembro de 2008.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

EDUARDO CEZAR GONÇALVES BRAGA – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE – REPR. DA PGE/PROFIS